

Da conquista europeia à descolonização

Luiz Dario Teixeira Ribeiro

Tomando-se como marcos a conferência de Berlim (1885) e o Ano Africano (1960), a dominação europeia sobre a África durou apenas 75 anos, praticamente coincidindo com a vida de Winston Churchill. Este período foi, porém, muito intenso, precedido pelo impacto do mercantilismo e a devastação do escravismo. Nesse período foram introduzidas na África as estruturas políticas europeias e o sistema capitalista, que conformaram as elites dos novos Estados.

O imperialismo europeu era a resposta ao declínio da *Pax Britânica*, de seu sistema liberal e “império informal”. Londres reativou antigos mecanismos coloniais e protecionistas em suas bases estratégicas no contexto da Segunda Revolução Industrial, ascensão de potências concorrentes e a Grande Depressão de 1873, iniciando a última expansão do império britânico. Estas medidas expansionistas britânicas e europeias, sobre nações periféricas, semipovoadas ou despovoadas, era uma medida defensiva.

1 O imperialismo europeu: penetração, divisão e ocupação (1860-1920)

1.1 As razões da penetração europeia

A integração da África ao mercantilismo a reestruturou, criando novos Estados litorâneos voltados à exportação escravista - que produziam

seus “artigos” pela guerra ou comércio com o interior, enriquecendo os governantes e comerciantes locais. Ali se reorganizaram rotas, parceiros e objetivos. Respondendo à pressão do Antigo Regime, os africanos encurralaram os europeus em enclaves litorâneos e mantiveram controle do fornecimento de escravos.

As revoluções francesa, burguesa, atlântica e industrial foram uma só, sistêmica - que logo transformaram todos os parceiros do Antigo Regime. Os Estados litorâneos desenvolveram alternativas, como o “tráfico legal” de matérias primas, ao mesmo tempo em que traficantes locais produziam escravos em larga escala para exportar para as Américas.

O processo transitório gerava instabilidades, mas mantinha o controle em mãos africanas. No entanto, a ocupação europeia no litoral mudou, com bases mais extensas para que a Inglaterra pudesse reprimir o tráfico escravista, devolver ex-escravos e controlar rotas de exportação de produtos legais produzidos no interior. Surgiram daí novos tipos de enclave - missões, aquartelamentos e casas comerciais. O Estado de origem, agora liberal, não desejava arcar com os custos, e daí surgiram os elementos imperiais - o religioso, o explorador, o militar e o comercial.

1.2 A Conferência de Berlim e a partilha da África

A crise econômica dos anos 1870 potencializou a corrida entre Estados europeus e africanos li-

torâneos. Para europeus era necessário abrir o comércio direto - uma ruptura do controle litorâneo que havia compensado a repressão ao tráfico escravista pelos impérios tributários. Outro aspecto foi o uso interno de escravos, que provocava o aumento da intervenção missionária, que trazia consigo agentes políticos e liberalizantes.

Leopoldo II da Bélgica buscou construir um império colonial privado; os empresários alemães buscaram, a partir do litoral, projetar poder para regiões interiores não disputadas pelas potências tradicionais. Associações internacionais de exploração, métodos privados e companhias com cartas de direitos se mesclaram nessa corrida cheia de desconfiança e instabilidade.

Exploradores e viajantes estabeleciam acordos pessoais em benefício de Estados europeus. Essa situação de disputa levou à Conferência, onde o mundo liberal venceu o protecionismo estabelecendo liberdades de comércio para capitais concorrentes.

Reconheceram-se as esferas de influência dos Estados europeus, as regras para a legitimidade da dominação (prova de ocupação definitiva e declaração de normas para posterior contestação e/ou acordos), e a limitação nas áreas litorâneas, que impulsionou a conquista do interior. Os beneficiários remodelaram o continente com guerras de conquista e dependência econômica.

1.3 A evolução da África do Sul no século XIX

A África do Sul é uma peculiaridade diante da antiga povoação dos boers, desde o estabelecimento, em 1652, de entreposto comercial da Companhia das Índias Orientais holandesa, em conflito com khoisans e bantos nas guerras *cafres*. Os khoi (pej. “hotentotes”) eram pastores; os sans (pej. “bosquímanos”) era caçadores. Os bantos eram agricultores e pastores seminôma-

des.

A burguesia compradora cresceu, e no séc. XVIII se formou o grupo *boer* (“camponês”), que moveram-se para o interior e deixaram de ser europeus - tenazes, resistentes e orgulhosos, mas por vezes também obstinados, estagnados, xenófobos e racistas. Com a vinda dos huguenotes, lutaram contra o domínio da companhia e a “barbárie negra”; tornaram-se *afrikaaners* e derivaram o *afrikaans* do holandês, numa colônia de povoamento muito antiga, que se expandia na busca por terra de pastoreio. Os pastores khoi foram exterminados, e os san expulsos para o deserto ao norte.

A companhia proibiu a imigração; a miscigenação era intensa, e os *grikuas* (mestiços) eram mão de obra a partir da qual surgiu o critério racial de posição social. A escravidão, fruto de sua pobreza, virou sua causa. Com a falência da Companhia holandesa, a colônia evoluiu independentemente.

A Inglaterra ocupou a colônia a partir de 1795, e a anexou em 1806, para evitar que caísse em mãos revolucionárias. Buscou formar uma burguesia local e estabelecer alianças com líderes nativos, mas também que a população local se integrasse na economia colonial - introduzindo um imposto sobre cada choça e convertendo *chefferies* negras em administrações econômicas monetarizadas.

A burguesia comercial do Cabo enriqueceu. Os boers eram prejudicados pelo novo sistema e precisavam de mais escravos para fazer frente ao livre-cambismo - o governo não permitiu que desarticulassem as *chefferies*, promulgou a lei da igualdade racial em 1828 e proibiu a escravidão em 1833. Como reação os boers iniciaram a Grande Trilha (1836-1844), rumo ao planalto do nordeste, para fugir da autoridade inglesa. Ali lutaram com zulus e outros grupos, estabelecendo repúblicas (Orange, Transvaal).

Os ingleses se mantiveram em seu encaço, estabelecendo protetorados para isolá-los e impedir que conquistassem as regiões negras. Em 1877 os ingleses anexaram o Transvaal, mas os colonos se revoltaram com sucesso; a expedição de Cecil Rhodes fracassou em 1895-6. Havia também as pequenas repúblicas boer de Goshen, Nieu Republiek e Stellaland, logo ocupadas pelos ingleses. A mineração atraía muitos e fundara a cidade de Joanesburgo - os ingleses contra a concentração iniciaram a Guerra Anglo-boer (1899-1902), vencendo com grande dificuldade e crueldade, e dando início ao nacionalismo boer.

Em 1910 a África do Sul foi estabelecida, com autonomia dentro do Império Britânico, com as províncias do Cabo e Natal (inglesas) e de Orange e Transvaal (boers), e consagrava a *separação* (*apartheid*). As políticas racistas se iniciaram em 1913 (com o *Native Land Act*), e o fluxo escravista de Madagascar foi substituído pelo influxo de trabalhadores indianos para lavouras e moçambicanos para as minas do Transvaal. Estabelecidos estavam os princípios da África do Sul racista.

1.4 Conquista, ocupação, Primeira Guerra Mundial e a nova divisão da África

Após a Conferência, os ajustes de fronteira se fizeram com uso de armas contra africanos e diplomacia contra europeus, com transformações econômicas, fiscais, políticas e a exploração predatória de recursos naturais. A nova divisão internacional do trabalho transformou o continente em periférico e subordinado; a riqueza se acumulava na metrópole, submetendo territórios e populações, reorganizando a produção, o sistema de propriedade e a reorientação do trabalho da população. Este intenso processo foi garantido pela superioridade militar e logística

frente a rebeliões e resistências.

Entre europeus, as diplomacias se utilizavam de mapas incompletos - traçando fronteiras retas que dividiam grupos antigos e uniam inimigos. As potências colonialistas só se enfrentaram pelo controle do Alto Nilo (em Fachoda, 1898) - não por esferas de influência, mas domínio efetivo.

Com o declínio do Império Otomano no Norte da África, o Egito se tornara um Estado pivô, sob Mohamed Ali, albanês do exército otomano. A intervenção europeia em 1839-41 obrigou Ali a aceitar o domínio turco, e lentamente os ingleses se afirmaram na região até deslocar os franceses e inaugurar o canal de Suez em 1867. Em 1830 os franceses iniciaram a conquista da Argélia, a mais distante província otomana; no final do século ocuparam a Tunísia, e em 1912 o Império perdeu a Tripolitânia e Cirenaica para os italianos. Os espanhóis estavam na faixa mediterrânea marroquina, Ifni e o Saara Ocidental; mas o interior do grande deserto nunca foi dominado, onde berber e tuareg resistiam arduamente. No Sudão o reino mahadita resistiu por algum tempo; na Líbia, os italianos só derrotaram a irmandade senussi em 1928.

A Primeira Guerra Mundial teve ali um impacto imenso. O bloqueio às colônias alemãs permitiu sua anexação pela Inglaterra, com exceção da Tanganika defendida pela coluna de Von Lettow-Vorbeck e sua coluna de askaris. Os otomanos fracassaram no ataque a Suez, mas motivaram o sultão mahadita a se rebelar no Sudão e a irmandade senussi na Líbia.

Mais importante foi a necessária substituição de cargos de importância por nativos africanos. Tropas coloniais, engajamento na Europa, frentes de trabalho nos dois continentes se desenvolveram - com enorme impacto político, social, econômico e ideológico.

Com os Catorze Pontos de Wilson, a Revolução Soviética e as ideias de autodeterminação, a divisão das colônias alemãs agora era feita pelo mecanismo “correto” da Liga, em “autorizações temporárias para administrar o território” sem data de expiração. Só aqui caiu a Tanganika, e os territórios foram divididos entre ingleses, franceses, italianos e belgas.

A “guerra civil europeia” repercutiu nas lutas anticoloniais - as metrópoles enfraquecidas tinham agora novos movimentos violentos de independência em suas mãos, como a Guerra do Riff (1921-26 no Marrocos espanhol), e também violentos protestos no Raj e a mobilização nacionalista do partido Wafd no Protetorado do Egito. O não cumprimento das promessas inglesas ao mobilizar os árabes contra os otomanos deu surgimento a ainda mais lutas emancipatórias.

2 Os sistemas coloniais: a inserção no capitalismo mundial

2.1 Os impérios e as formas de dominação

2.1.1 A dominação ideológica

Já durante a conquista se implementaram os mecanismos de transferência de soberania para a metrópole, transformando os africanos em objeto de administração, por meios de domínio e controle formais e diretos, justificados pela ideologia imperialista de superioridade e direito europeu de dominação.

As ideologias colonialistas podiam ser **filantrópicas** (diziam promover a civilização), **pragmáticas** (defendiam os benefícios trazidos para as economias metropolitanas), **racistas** (defendiam a existência de hierarquias entre capacida-

des das raças, com destino manifesto ou “fardo do homem branco”) ou **social-darwinistas** (defendiam a dominação dos fracos pelos fortes entre sociedades).

Eram materialistas ou idealistas, mas na prática tinham base material e combinavam seus aspectos. O fundamento era a percepção de superioridade tecnológica e desenvolvimento que a causava - fruto do capitalismo, e deduzia-se de forma eurocêntrica a causa disso e os “direitos” decorrentes.

Instituíram-se dois modelos clássicos de controle e exploração - a dominação direta e a indireta, que a nível local se imiscuiam. Foram tentadas também experiências privadas; nessas experiências a soberania era transferida às *chartered companies*, companhias de carta ou alvará, resguardadas pelo poder militar metropolitano. As contradições de interesses, o objetivo de lucro e a fragilidade levou à sua substituição pelo Estado metropolitano.

2.1.2 Governo direto, indireto e protetorados

No governo **direto** não há organismos intermediários na província. O representante da metrópole governa com plenos poderes; os representantes locais são líderes nativos, substituídos conforme necessário, transformados em funcionários metropolitanos; a colônia ou protetorado não possui organismos intermediários de legislação.

No governo **indireto**, a autoridade colonial domina através de organismos intermediários - para aconselhar e legislar. Se havia eleições, a maioria era de funcionários ou colonos. A relação com nativos se dava por meio de líderes nativos, que mantinham certos direitos tradicionais - mas também podiam ser substituídos se desrespeitassem a autoridade.

No plano formal haviam duas formas de dominação: a primeira era a **colônia**, áreas organizadas diante do direito de conquista, onde a metrópole exercia dominação direta, mantida por forças militares e policiais coloniais com oficiais europeus e tropas nativas. Havia o cuidado de aquartelar tropas de etnias diferentes, ou com escravos e ex-escravos locais - exercício para a manutenção da dominação. A segunda era o **protetorado**, acordos com Estados africanos preexistentes diante de ameaça de conquista ou outros interesses locais. Nestes a dominação se dava por conselheiros europeus que assumiam cargos nas instituições nativas, se tornando verdadeiros governantes. Se transferia a soberania diplomática para o império e se extinguíam as forças armadas próprias.

No protetorado a população não era subordinada a um código do indigenato, mas a modernizações determinadas por agentes imperiais. Qualquer tentativa de romper o protetorado poderia levar à conquista ou substituição de autoridades. Os ingleses caracterizavam o protetorado como “governo dual” e o aplicaram à maioria de seu império africano.

Independente do modo, o elemento central da dominação era a **expropriação da soberania e administração da população**, com o objetivo de implantar a economia de mercado, a propriedade privada e explorar os recursos e mercados em benefício dos senhores do império.

2.2 O processo de modernização capitalista e a inserção internacional

2.2.1 O confisco da terra e os impostos

A conquista da África levou a sua modernização, para, como colônia, se auto-financiar e levar benefícios à metrópole; primeiro assimilando e integrando territórios; depois pela propriedade

privada e o trabalho assalariado, transformando a região numa área de valores de troca, não de uso.

Primeiro expropriou-se a terra “vaga”, ou seja, tradicional, e concedeu-se-lhe a empresas metropolitanas para a criação de *plantations* de monocultura de exportação. Os naturais eram confinados em reservas restritas e terras de baixa qualidade - ou deveriam pagar sua permanência nas terras redistribuídas com serviços, rendas e cultivos obrigatórios.

Submetiam-se os nativos a tributos monetários - o que os forçava a buscar trabalho assalariado, sob risco de sofrer trabalho forçado. Estes tributos foram a evolução dos mecanismos brutais de execução e tortura usados no Congo nos primeiros tempos coloniais.

Havia também o *trabalho obrigatório*, especialmente no contexto de obras públicas, convocado a qualquer momento a serviço da colônia - que podia envolver migração forçada ou voluntária de “contratados” para áreas distantes, para pagar impostos, fugir ou buscar recursos de sobrevivência.

2.2.2 A produção e os produtos

A forma mais simples de exploração era a *pilhagem* - látex, cera, madeira e caça indiscriminada que logo exauriram os recursos e a população das áreas envolvidas. A *plantation* era realizada por empresas ou colonos, com produção agrícola, elaboração primária, transporte e comercialização monopolista, subsidiada e apoiada por juros baixos e mercados garantidos e reservados, além do controle de preços.

Outra atividade era o *tráfico* - produtos produzidos pelos nativos, que após a adaptação africana chegaram a competir com os administrados. Cera, algodão, cola, amendoim, óleo de palma, sisal e frutos de luxo da caça, ouro e pe-

dras preciosas tradicionalmente obtidos e elaborados eram comprados e enviados à Europa.

A principal atividade era, porém, a mineração. Essa atividade foi a que recebeu o grande investimento infraestrutural - com a mão de obra dividida em um setor especializado europeu e não-especializado africano, atraídos pela vantagem salarial comparativa. A construção de vias férreas para a mineração acabava por beneficiar populações que as margeavam na economia capitalista.

2.2.3 Infraestrutura, educação e saúde

As atividades coloniais exigiam infraestrutura para conectar a produção aos portos, que após a construção acabou criando cidades, além de um setor moderno - onde o trabalho técnico progressivamente se abria aos africanos. Este setor e o comércio varejista progressivamente levaram ao surgimento da *burguesia nativa*.

A economia colonial mais complexa precisava de trabalhadores nativos especializados - através de novas estruturas de educação e formação que, embora atingissem poucos, abriam o caminho para as elites que no futuro fundariam os movimentos nacionalistas. As tropas coloniais foram obrigadas a formar um setor nativo de comando qualificado também em tecnologia militar moderna.

Num cenário de difusão de doenças diante do deslocamento populacional e subnutrição, a fragilidade da saúde tornou necessário um sistema de saneamento básico e provimento de saúde. As doenças tropicais foram pesquisadas, e o Estado assumiu os cuidados com a saúde geral diretamente ou por meio de missionários.

Esta modernização foi, em resumo, a *incorporação da África à divisão internacional do trabalho*, e um resultado das necessidades dos colonizadores. O aspecto mais marcante foi negativo -

as monoculturas e minerações de exportação - mas a dominação trazia consigo o germe de sua destruição, conforme forçou resistências e incentivou novas ideias entre as elites nativas.

2.3 A evolução da África do Sul na primeira metade do Séc. XX

O *Apartheid* surgiu formalmente em 1948, mas desde muito tempo antes os *afrikaaners* praticavam uma cultura escravista de superioridade branca, necessária à mão de obra de seu modelo de produção atrasado em relação aos ingleses de Natal e do Cabo - nas punições ao trabalhador que mudasse de emprego, e a criminalização da rescisão do contrato de trabalho. Os ingleses viam a escravidão como um obstáculo ao mercado consumidor, mas também discriminavam contra nativos, moçambicanos e trabalhadores de Lesoto e Botswana, além de indianos e chineses, que eram obrigados a voltar a suas regiões se perdessem o emprego e não podiam trazer suas famílias. A discriminação reduzia os salários brancos mediante a mão de obra quase gratuita dos negros.

Quando a mineração precisou de mão de obra especializada, os ingleses prometiam aos trabalhadores brancos vantagens se se tornassem cúmplices da exploração racial. Com a União Sul-Africana (Cabo, Natal, Orange e Transvaal), a população negra (75% da população) foi privada do direito ao voto e à terra. Nas pequenas reservas negras predominava a agricultura de subsistência, e em todo o resto o modelo capitalista.

Com o declínio capitalista do pós-guerra, mão de obra negra e branca se imiscuíram, levando a conflitos (como a Greve do Rand em 1922), à fundação do Partido Comunista e à radicalização de extrema-direita da população branca assalariada. Os nacionalistas venceram a eleição de 1924, e com a burguesia nacional urbana do

Partido Trabalhista, impuseram medidas agora protecionistas para satisfazer a elite branca com industrialização interna.

Houve um momento de “milagre econômico”; logo a crise do preço do ouro da década de 1920 levou novamente ao capital estrangeiro. Aos *afrikaaners* somaram-se fascistas manifestos em sua discussão com pró-britânicos, e os brancos pobres foram re-radicalizados no pós-Segunda Guerra com o slogan *Gevaar Kafer, Koelie, Komunismus*. A elite respondeu à elevação da situação econômica negra no *boom* econômico da Segunda Guerra implementando o *Apartheid* - buscando “retribalizar” a população negra.

Após a Guerra, o poder econômico continuava na população de origem inglesa, mas o poder político estava com os *afrikaaners*. O país buscou se estabelecer como “um país europeu na África” - a elite branca mantivera seus vínculos tradicionais com a Europa. A posição estratégica e recursos do país foram explorados para fazer dele um *bastião do “mundo livre”*. Essa situação foi explorada política, econômica (buscando introduzir capital *afrikaaner* no setor minerador) e securitariamente. O Estado passou a ter ativa participação econômica, inclusive no setor de armamentos. Esta industrialização e substituição de importações iriam contornar os embargos e sanções futuros.

3 Apogeu, declínio e desmantelamento dos impérios coloniais

3.1 A Segunda Guerra Mundial, a descolonização do Magreb e a Revolução Nasserista

A Primeira Guerra Mundial, Revolução Soviética e Depressão reforçaram o declínio europeu.

A Segunda Guerra Mundial afetou diretamente o Norte e o Chifre da África.

3.1.1 A Segunda Guerra Mundial na África

A Itália invadiu a Abissínia em 1935. Na Liga, sofreu sanções econômicas, também por ameaçar o controle britânico em Suez, mas nada de concreto foi feito para impedi-la. Aliou-se a Hitler no ano seguinte para fazer frente ao embargo britânico. Com o início da guerra na Europa, atacou o Egito a partir da Líbia, mas foi empurrada de volta à fronteira. A Somália Britânica foi ocupada, assim como parte do Quênia e algumas outras cidades. Em 1941 o exército britânico ocupou a Cirenaica, derrotando completamente os fascistas em maio.

Em 1942, o *Afrika Korps* chegou à África e avançou até El Alamein. A contraofensiva os empurrou até a Tunísia, em difíceis batalhas até *Kasserine* - nesse momento a *Operação Torch* já havia tido tempo para se deflagrar, e os alemães não puderam enfrentar a grande invasão americana e francesa do Norte da África, onde o regime de Vichy ofereceu pouca resistência. A partir de 1943 o recrutamento de trabalhadores e soldados africanos se acelerou - entre eles, os líderes dos futuros movimentos de independência.

3.1.2 A descolonização do Magreb e a Revolução Egípcia

Após a guerra o nacionalismo árabe no Magreb era o fator político mais importante, levando à independência da Líbia, sob al-Senussi, com bases americanas e inglesas mantidas. No Sudão o nacionalismo fez grandes avanços e em 1953 se tornou um autogoverno; em 1956 foi obtida a independência. Ao mesmo tempo, o Sul negro, animista e cristianizado se rebelou numa guerra civil que durou décadas - sob os ingleses o sul era incorporado administrativamente à Uganda, refletindo as grandes diferenças entre proteto-

rado anglo-egípcio-sudanês e o sul da região, proibindo inclusive casamentos intercomunitários.

Levantes antibritânicos no protetorado formalmente independente do Egípcio eram comuns; em 1952 o golpe de Nasser derrubou o Rei Faruk, e o país se tornou uma república, nacionalizando o Canal de Suez. Extremamente carismático, seus discursos eram ouvidos em todo o mundo árabe, e foi convertido numa liderança pan-árabe. Ao mesmo tempo aliou-se à URSS adotando políticas de esquerda e perseguiu comunistas internos; combateu o islamismo e modernizou o país, coibindo as elites feudais e capitalistas. Sua política, porém, sem bases sociais de longo prazo, construídas, dependia da burocracia.

A Tunísia se tornou independente em 1956, sob Bouguiba, autoritário neocolonial; o Marrocos no mesmo ano, sob Ben Lussuf, mas os franceses incitaram berberes contra os árabes da região. Quando retornou de Madagascar, assumiu como Rei Mohamed V. Tanger e incorporou o Marrocos espanhol e outras áreas cedidas pela Espanha, reivindicando outras ainda.

Na Argélia a FLN mobilizou a luta pela independência se apoiando no nacionalismo e no islã; a repressão francesa custou, ao final da guerra, a vida de quase um sexto da população. O golpe de Estado da OAS conseguiu evitar concessões aos árabes, mas o desgaste da guerra à França levou à independência da Argélia em 1962. Os colonos brancos se retiraram.

Durante a Guerra da Argélia eclodiu a Crise de Suez. Após a nacionalização do Canal, causada pela necessidade de infraestrutura diante da retirada de apoio americano após a declaração de neutralidade, tropas francesas, inglesas e israelenses atacaram o canal e o Sinai - buscando recuperar o canal e evitar o apoio egípcio à FNL argelina. No entanto a URSS ameaçou invadir

se as tropas não se retirassem. A evacuação ocorreu em dezembro de 1956, e a derrota militar se converteu em vitória política - aumentando a influência de Nasser e a soviética na região. Nasser estava envolvido diretamente na criação do Movimento dos Países Não Alinhados.

3.2 A negritude e o pan-africanismo

A negritude é um movimento de recuperação de identidade africana nascido entre os descendentes de escravos nas Antilhas francesas. Seu aspecto positivo é a recuperação da dignidade do homem negro; sua radicalidade anti-desenvolvimentista está na restauração de estruturas pré-modernas. Marcada por conservadorismo, acabou por ser um instrumento de manutenção de *status quo* na África pós-independência. Rejeitando o “progresso”, garantiu o direito das elites e a posição que o colonialismo lhes negava - um instrumento fracassado de coesão nacional. O etnocentrismo, como o de Senghor, é, na negritude, uma reação cultural à dominação colonial - mas é necessário entender todo etnocentrismo como problemático, visto que a determinação biológica que lhe integra é cara aos racistas.

O pan-africanismo nasceu nas colônias do Caribe e dos Estados Unidos, nascido entre os séculos XIX e XX. Defendeu a descolonização e a promoção social de negros na América racista. W. E. B. Dubois organizou os quatro primeiros congressos pan-africanos (entre 1919 e 1927), de representação africana minoritária. O quinto, em 1945, teve muito mais africanos. Esse processo politizou a descolonização de Gana e do Quênia. O movimento se tornou anti-imperial.

De marcante influência na descolonização, o movimento sofreu problemas internos (como o confronto que impediu a política unitárias de descolonização). Ainda assim sua luta contra o

imperialismo e pelo desenvolvimento da consciência e unidade africanas foi marcante, e organizou de 1957 até 1960 congressos com diversos objetivos, além de impulsionar organizações representativas.

3.3 O processo de descolonização

A colonização europeia foi de exploração, não de povoamento, e reorientou o continente criando novas regiões. O domínio durou 75 anos, amadurecendo a economia colonial capitalista, cooptando resistências tradicionais e modernizantes. O auge do período de dominação foi no período entre-guerras.

Os blocos regionais do império francês, diante de sua ausência de identidade e integração, se “balcanizaram”. No império português cada colônia era diretamente subordinada à metrópole; o belga, contínuo, era unificado. O império inglês tinha variadas formas de dominação, com variadas formas de descolonização.

A descolonização não conseguiu alcançar o desenvolvimento autocentrado, pressionada pela Guerra Fria e pelo neocolonialismo. A subordinação à economia mundial persistiu. A partir de 1945 a necessidade de riquezas coloniais entrou em conflito com os social-democratas no poder; certos grupos empresariais, porém, podiam já prescindir da metrópole. O processo de emancipação, portanto, foi longo e evolutivo.

A descolonização foi determinada pela ascensão das superpotências anticoloniais, o comitê de descolonização das Nações Unidas, as reivindicações africanas e os interesses das multinacionais americanas, opostos pelas políticas dos impérios coloniais, além da Conferência de Bandung e as guerras anticoloniais da Ásia. As metrópoles tentaram controlar o processo de emancipação - como pelo *self government* - mas a dinâmica interna das colônias atropelaram os

projetos gradualistas.

3.4 As independências na África francesa

Da África francesa - Ocidental e Equatorial - surgiu um grupo de países muito distintos, diante da ausência de integração e alto particularismo das colônias francesas. Da RDA legalista e do BDS nacionalista, surgiram as tendências que marcariam o futuro. Com a criação da Loi-Cadre em 1956, a descentralização política determinou a futura “balcanização”, contestada por Senghor, do Senegal, partidário da Federação.

No Congresso de Dakar as lideranças se mostraram todas independentistas - mas diferiam nos posicionamentos quanto à Federação. Com o golpe em 1958, a Quinta República estabeleceu uma Comunidade Francesa que mantinha a subordinação - e, pior, transformava os territórios regionais em Estados comunitários. Quando De Gaulle apostou no referendo, apenas a Guiné de Sékou Touré votou pela independência - os outros 12 Estados votaram pela comunidade. Em 1959, em outra conferência em Bamako, o Senegal e o Sudão francês (Mali, Níger e Alto Volta) formaram a Federação do Mali, que depois se tornou as repúblicas do Senegal e do Mali. Em 1960 as quatro colônias restantes alcançaram a soberania. No mesmo ano a África Equatorial alcançou a independência, no Tchad, República Centro-Africana, do Congo e do Gabão. O projeto de uma África francófona federada e unificada havia sido frustrado pela metrópole.

Em Madagascar, a repressão francesa havia causado 80 mil mortes; mas em 1958 ela se tornou membro da comunidade francesa, e em 1960 se tornou independente sob Philibert Tsiranana, de regime parlamentarista e neocolonial. As antigas colônias alemãs sob “mandato” da Sociedade das Nações e da ONU - Togo e Camarões - se tornaram independentes em 1960. No ano

seguinte Camarões se fundiu com sua parte que havia sido atribuída ao mandato inglês.

3.5 A descolonização da África britânica

O império colonial britânico era fundado na administração indireta. Existiam fortes concentrações de minorias brancas ricas, e essas condições geraram situações diferentes de emancipação política.

3.5.1 A África Ocidental britânica

Após a Segunda Guerra, a grã-bretanha buscou um lento processo de conversão das colônias em participantes da comunidade britânica. Até 1965 todas as colônias haviam se tornado repúblicas independentes. No Costa do Ouro, em 1947, Nkrumah assumiu a liderança pela independência, sendo preso; em 1954 venceu a eleição pelo *Convention People's Party*, e sua designação para primeiro-ministro do regime de auto-governo resultou em nova constituição e no pedido de independência, alcançada em 1957, mudado o nome do país para Gana. Desde 1957 até a queda de Nkrumah, em 1966, o país participou ativamente do movimento terceiro-mundista, lutando contra o neocolonialismo, teorizado por Nkrumah em seu livro como último estágio do imperialismo.

Na Nigéria, o governo autônomo alcançou a independência em 1960 e proclamou a república em 1963. A artificialidade do país como região colonial, mantendo estruturas próprias de cada região, impediu que capitalizasse na exploração petrolífera para alavancar o desenvolvimento interno. As regiões permaneceram divididas - haussa ao norte, iorubá ao oeste e ibo ao leste.

Em 1961 Serra Leoa, constituída para receber escravos resgatados do tráfico clandestino, recebeu sua independência. Em 1965, a Gâmbia

foi o último país da África britânica a alcançar a independência, e a independências indiana e nacionalização de Suez por Nasser levaram a Somália a se tornar ocupação desnecessária, descolonizando-se em 1960, como república extremamente pobre e de população em parte nômade.

3.6 A diáspora negra

A migração de africanos está relacionada (i) ao tráfico de escravos durante o mercantilismo e (ii) à migração Sul-Norte na era industrial da Europa. A migração entre o oriente médio e entre as Áfricas árabe e negra são, por sua vez, muito mais antigas, pelo advento do islã e pelos antigos fluxos de ouro e escravos. A partir do Século XX, o fluxo de escravos para a Europa se concentrou nas cidades - ao final do século XVIII haviam 15 mil escravos na Inglaterra.

Com o tráfico para as Américas a partir do Século XVI, para o Caribe, Treze Colônias, Brasil, Peru e norte da América do Sul, se mantiveram como minoria; nas Grandes Antilhas representavam até um terço da população. Nas Antilhas ex-britânicas, eram maioria esmagadora, fato emblemático na rebelião de Toussaint Louverture no Haiti que derrotou as tropas de Napoleão. No entanto, os bloqueios de suas exportações levaram a uma indenização que durou dois séculos - uma miséria criada por um dos maiores crimes franceses. Cada escravo libertado pagou várias vezes por cada moeda e estrutura deixada para trás pelos franceses.

Na América do Norte, alguns foram alforriados por combaterem junto aos ingleses contra os americanos; alguns foram enviados a Serra Leoa para difundir o cristianismo, desenvolver uma economia ocidental e contribuir para a abolição do tráfico. Após a Guerra de Secessão, a discriminação no Sul foi muito severa. A partir de 1960 o direito de voto foi, curiosamente, ob-

tido por pressão do Departamento de Estado - pois, para fazer propaganda na África, os soviéticos apenas precisavam exibir recortes de jornais americanos. A comunidade, porém, permaneceu estagnada e dividida, ou adaptada ao *status quo* branco.

Na Europa, após a Segunda Guerra, o fluxo migratório foi retomado, para manter o Estado de Bem-Estar branco - e gradativamente todos os países passaram a ter expressivas comunidades africanas. Hoje a integração das comunidades melhorou, diante da comum discriminação sofrida; e hoje, com a globalização, bairros negros existem na China, na Coreia do Sul e nas mais distantes regiões do mundo. A grande diáspora, porém, se focou na margem atlântica das Américas e na Europa Ocidental.

O Oriente Médio Pós-Guerra Fria: a Geopolítica e o Processo de Paz Israel-OLP

Alexandre Roche

1 Oriente Médio

O oriente médio pode ser dividido em zonas petrolíferas - o Golfo Pérsico, centro de extração; o Oceano Índico e chifre da África, zona de transporte; e o Mar Vermelho, Suez e o Mediterrâneo leste, zonas de transporte. O eixo do Golfo Pérsico vai do mar Cáspio e do Afeganistão ao Índico. O Oriente Médio pode ser visto como estendido, pois, à Ásia central e à África oriental. As antigas noções de Oriente Próximo e Levante não suprem a realidade dinâmica e geopolítica moderna, que engloba três continentes.

Seu alargamento vem justamente da grande quantidade de petróleo exportado; e aquele que controlar seu “teto” terrestre (Turquia, Cáspio, Irã, Afeganistão, Paquistão) e seus mares (Golfo Pérsico, de Aden, Mar Vermelho, Suez, Mediterrâneo) controla o Oriente Médio, por meio de aliados e bases terrestres, frotas rápidas e aviação tática e estratégica.

Partimos de 1979, com a Revolução Iraniana, que cortou a aliança Irã-EUA e prejudicou o controle americano do “teto”, bem como Camp David. Os Choques do Petróleo afetaram profundamente a economia do Ocidente, e a União Soviética buscou dominar as regiões estratégicas do OM. Com a retirada soviética, o domínio ocidental é praticamente exclusivo; e embora existam muitos problemas (instabilidade de Cabul, sinuosidades da política do Irã, OLP, guerra

no Líbano, movimentos islâmicos, radicalismo israelita, o problema curdo, instabilidade egípcia...) o Ocidente tem concordado em certos pontos, o que permite aos EUA conduzir a região.

O Brasil e a Índia são as potências do Terceiro Mundo mais interessadas, por isso suas posições heterodoxas; mas sua fragilidade militar as forçaram a aceitar a política geral de Washington.

Os países árabes por muito tempo puderam se utilizar da chantagem petrolífera, mas Iraque e Argélia precisam vender para se industrializarem; Irã precisa vender para concluir uma revolução econômica mal definida; e Arábia Saudita, Kuwait, Bahrein, os Emirados e Omã precisam vender para alimentar suas contas de crédito. A pressão petrolífera, portanto, é faca de dois gumes; mas o *status* de credor e investidor no Ocidente não. O capital árabe é prudente e indispensável às economias em recessão.

Israel é a primeira potência do Oriente Médio, diante de seu imenso poder militar, mas a perspectiva de uma longa e sangrenta guerra pesa nas decisões israelenses. Sua economia se resente de seu orçamento militar, e sem os Estados Unidos enfraqueceria rapidamente. O mundo se cansou da história de Davi e Golias, e os círculos árabes têm conhecido certa simpatia. A política dos EUA, embora não conheça grandes discordâncias internas quanto aos EUA, passa por Riadh e seus prudentes conselhos.

Irã e Iraque enfraquecidos vivem fechados. O Líbano sai de uma longa guerra civil. Os palestinos reagrupam-se. A Jordânia evolui lentamente em direção ao oeste. A Turquia e o Egito não caíram - permanecem bastiões dos EUA na região. Este último precisa de paz para se desenvolver, pois algodão, turismo e o Canal não são o suficiente, e tem seguido a política de Camp David e Riadh, e sua paz precária.

As pressões de Riadh e Jerusalém sobre os EUA são conflitantes - Riadh busca uma paz cautelosa, Jerusalém recusa todas as concessões. Os EUA permanecem sozinhos na região, e atacados por um Japão e uma Alemanha exportadores agressivos, precisa de paz e prosperidade que pode ser auxiliada pelo capital árabe.

A intervenção das grandes petrolíferas, algumas maiores que Estados reconhecidos, não pode ser ignorada. Exércitos particulares, serviços secretos privados, *lobbies* regionais e intervenção frequente torna estas relações internacionais semi-oficiais sensíveis, sem as quais a compreensão da região é dificultada - os fechamentos de Suez, por exemplo, foram benéficos a certos petróleos que desembocavam no Mediterrâneo.

Em 1920, os povos do OM passaram subitamente de uma dominação medieval pré-capitalista a um supercapitalismo violento. Conheceram os apelos dos populismos militares e extremismos; populações medievais deficitárias veem passar guerras regionais, e encontram proteção na religião abraâmica, extremamente importante na região.

É nessa atmosfera mística que se dá o choque entre o judaísmo e o islã. O choque não se deu entre o judeu sefardita árabe e o árabe muçulmano, mas entre os judeus *ichkinazim* europeizados e os árabes medievais - não o rabino e o sheik, mas o pioneiro sionista educado que subvertia os hábitos do camponês árabe. As facções lutaram implacavelmente. Com a escalada do

antisemitismo na Segunda Guerra Mundial e os desastres humanitários, o povo judeu se tornou mártir, e sobre os fragmentos da Palestina se construiu Israel. O povo palestino reencontra seu ímpeto no ódio e na fé, que substituíram por Razão de Estado.

O islamismo semi-laico de Riadh é aceito, mas sob ele o islamismo místico agita-se como uma força, na Irmandade Muçulmana e outras organizações. O misticismo também volta a dominar em Israel, e sob a máscara dos organismos oficiais há decisões políticas místicas.

O vazio demográfico do sul do Golfo Pérsico impede sua defesa, surge um movimento da periferia em relação ao centro - movimento que já seria perigoso sem a intervenção internacional. O conflito entre Israel e os países árabes tem recrudescido.

2 Estados Unidos e União Soviética

A estratégia soviética para destruir a hegemonia na região era (i) a dominação ou neutralização da periferia norte-nordeste; (ii) a instalação atrás da barreira periférica de aliados ou neutros; e (iii) a penetração naval nas zonas marítimas. A partir de 1985 os EUA dirigiram diretamente conflitos na região, apoiando Riadh. A URSS nunca se dirigiu à guerra; Nasser e El Saddatt compreenderam isto em 1967 e 1972.

A URSS, maior produtor energético do mundo, interviu no Oriente Médio unicamente para desequilibrar as posições ocidentais, evitando, porém, qualquer confrontação com o ocidente pela região. Até 1985 o conflito diplomático continuou, com predominância ocidental; até 1989, as mudanças de Gorbachev repercutiram e fizeram da URSS um atuante neutro; e até 1991 a inutilidade do Pacto de Varsóvia e colapso da

União tornaram a URSS uma aliada do ocidente no Oriente Médio para consolidar o sistema comercial e financeiro.

O primeiro período (1979-85) teve acontecimentos cruciais.

2.1 Camp David e o Egito

O tratado de Camp David tirou da URSS um importante aliado militar e diplomático, bem como os frutos do investimento soviético. O Cairo tendeu a manter distância de Jerusalém e se aproximar de Washington, mas se estabeleceram vínculos conservadores entre o Egito e Riadh. Este eixo conheceu interrupções e recuos (assassinato de Saddatt, invasão do Líbano, radicalismo de Teerã). Com o tempo o Egito foi forçado a seguir Riadh, implementando uma política financeira heterogênea muito diferente da de Nasser, com setores de base financiados pelas potências árabes, perdão de dívidas internacionais e fomento ao capitalismo avançado, apoiando Riadh e Washington.

A oposição não estava morta; os conflitos provocavam reveses profundos, daí a necessidade de uma paz definitiva e razoável com Israel, para que o Egito possa superar seus problemas econômicos. Camp David preparou um longo deslize do Egito em direção a Tel Aviv até 1981, depois em direção a Washington-Riadh.

Saddatt afirmava que “todos os problemas do Oriente Médio passam por uma solução equitativa do problema palestino”. Nem os americanos nem os soviéticos tinham previsto a importância do petrodólar na ascensão da economia ocidental.

2.2 Crise no Afeganistão

Com uma série de golpes de estado ocidentais e a importância de dominar o “teto do

mundo”, a URSS lançou-se numa política de golpes e revoluções na região, na Etiópia e Afeganistão.. A réplica americana se deu na Eritreia e Somália, e a francesa em Djibuti (impedindo o acesso da Etiópia ao mar Vermelho). Os golpes ganharam apoio popular, mas falharam conforme a guerrilha no Afeganistão sangrava os soviéticos. O socialismo sofreu um golpe, conforme a URSS não preparou o povo, e instalou regimes sem condições de permanência.

A região passou a desconfiar da URSS, que no Afeganistão reduziu-se a uma guerra de baixa intensidade e estagnação política e econômica. A situação beneficiou Riadh e o ocidente; mas os EUA não souberam aproveitar a situação, e foram atingidos pela xenofobia antisemita assim como a URSS. Daí a necessidade de uma nova aliança.

2.3 O Irã

A Revolução Iraniana surpreendeu o mundo, mas já vinha se esboçando. A direita progressista do Xá tinha oposição no *front* democrático de Tudeh e no Partido dos Aiatolás, e o Xá não era um homem, mas um número importante de empresas, bancos e interesses locais. Conforme a política pró-Occidente excessivamente aberta levou ao colapso institucional, os serviços extra-oficiais do Ocidente apoiaram o Aiatolá Khomeini, diante dos fracassos da diplomacia oficial americana. Os serviços ocidentais estavam divididos, e acabaram por aceitar que uma república islâmica poderia unir o mundo xiita e era uma oportunidade de criar um conflito entre estados laicos conservadores contra um estado radical xiita.

A Revolução foi para a URSS uma surpresa desagradável. A tomada de poder pelo Tudeh desestabilizou as decisões na OPEP, e a subida dos Aiatolás reforçou a ideia de uma verdadeira revolução religiosa em toda a região. A destruição

do Tudeh em 1980 pode ter sido uma armadilha diplomática, pela exclusão de Ahmed Hassan Bakhr e a ascensão de Hussein. A agitação dos meios xiitas precipitou o vácuo político - Abadan. O exército iraquiano viu uma vitória fácil encorajada por Washington (buscando a divisão do mundo muçulmano) e pela soviética, que teme a vitória dos radiais. E, é claro, a baixa nos preços do petróleo.

2.4 Guerra Irã-Iraque

O Iraque buscou encontrar-se à sombra da aliança inglesa desde o início dos anos 20. De maioria sunita e minorias cristã, xiita e curda, as nacionalizações e socializações pretenderam industrializar o país, e numerosos generais curdos e xiitas apoiaram violentas repressões. O exército, que já foi poderosíssimo, sempre agiu de forma importante. A tendência socialista do governo preocupava os militares; e o golpe de Hussein pode ter vindo de um movimento pró-Occidente.

O vácuo da queda do Xá levou os dirigentes iraquianos a buscarem ação sobre Abadan, finalização dos oleodutos e acesso ao mar livre. Aval ocidental e mesmo soviético estava presente. O conflito se estagnou; subiu ao norte e se perdeu nas areias e montanhas.

O jogo das potências não é claro. Israel inicialmente desejava o esgotamento dos combatentes, mas mais tarde percebem o desenvolvimento e experiência obtidos pelos exércitos envolvidos. Os EUA estavam divididos. A recusa americana levou à procura de armas em outras fontes - URSS, França, Brasil, China. Sua diversidade levou à formação de técnicos. Ao longo dos anos 80 a mídia conheceu seu sensacionalismo habitual - guerra química, crianças-soldado, massacres de prisioneiros, manifestações, etc. O apoio de Riadh e do Ocidente estava com Bagdad, conforme os negócios de petróleo e armas pros-

peravam.

A paz foi proposta pelas potências para garantir a livre navegação pelo Golfo Pérsico, conforme esta se tornou prejudicada, e diante do temor americano da hipermilitarização dos países em guerra. Iniciaria-se um segundo conflito de capitais, entre os ricos países do Golfo e um Iraque militarizado e endividado.

A Guerra do Golfo se precipitou conforme os EUA se viam à frente de uma potência fora dos eixos Leste-Oeste. Uma campanha de mídia pintou o recente aliado Saddam como um novo Hitler, e a guerra se iniciou para resolver a questão do Iraque excessivamente fortalecido e endividado. Com a conquista do Kuwait pelo Iraque, a maior parte das potências da região se sentiram ameaçadas, e Israel iniciou a campanha de mídia de armas químicas. Os EUA precisavam ainda de aliados árabes.

A ideia da coalizão veio do acordo Washington-Moscou, mas as maquinações e organizações e acordos financeiros vieram do eixo Cairo-Riadh. Israel se colocou como futura vítima, mantendo-se fora do conflito. A operação Escudo no Deserto teve sucesso, e as sanções da ONU começaram a legitimar a ação futura. Bases foram instaladas perto de Riadh, longe de Meca. Os neutros do Terceiro Mundo se limitaram às sanções. A URSS exige que o território do Iraque em si não seja violado, e o Japão financia. O desaparecimento de Hussein criou um vácuo, no qual um regime xiita de obediência a Teerã pioraria a situação.

Bagdad tentou sem sucesso incitar os árabes pelo lançamento de uma *jihadd*. Restou ao Iraque provocar Israel, cuja intervenção causaria um rearranjo de alianças. Israel faz uma imensa campanha de mídia, mas Washington continua a comandar, embora só se fale de Israel. Bush “protegerá” Israel contra os mísseis do Iraque - com apoio de seus amigos árabes. A guerra re-

lâmpago se fará, em 40 dias, e a mídia não saberá de quase nada.

A retirada foi realizada pelo Iraque, que não foi violado, Saddam permaneceu no poder e o Kuwait foi retornado a seus antigos soberanos, as fronteiras artificiais de 1962 foram reestabelecidas, e assim por diante - mas Washington conseguiu seu ponto principal, a instalação de bases na Arábia Saudita, com apoio dos países da região. Teerã entendeu a lição e curvou-se.

A Turquia resistiu à pressão, o centro está ocupado, o sul, os mares e o chifre da África estão em mãos de amigos, aliados ou consentidores. A região do petróleo se tornou um dos maiores centros financeiros do mundo, nas mãos do Ocidente.

Portanto, a URSS perdeu, primeiro, o Egito, recusando uma guerra pelo Oriente Médio; depois, bloqueada pelo Afeganistão e pela Etiópia, assistiu à guerra Irã-Iraque, e quando o turbilhão interno lhe fez abandonar a Guerra Fria, apoia os EUA e lhes dá o controle da região. A estabilidade não é possível sem se resolver o conflito israelense e reconhecer a relação entre os dois epicentros: o Golfo e o Oriente Próximo.

3 Conflito israelense e a Conferência de Madrid

Em 1991, em Madri, se abriu um diálogo entre judeus e árabes, conforme uma coalizão conduzia uma guerra contra a intolerância de Bagdad - este é o quadro que a mídia pintou. Mas não foram os seferadins da Espanha ou do Oriente Médio que fizeram Israel, mas os *Ichkinazins* europeus, que fizeram de Israel um *colonial office* contra os árabes. O hebraico e a tradição judaica foi redescoberta, mas a concepção geral é europeia ou americana. A visão simplista de tolerância não saberia explicar o desprezo do

ichkinaze pelo sefardita e pelo judeu árabe.

A percepção de cercamento israelense mostra que nenhuma paz coletiva vale por uma zona de tampão, e portanto Israel prefere pazes separadas, folha por folha, com precisas condições de segurança, além de jamais reconhecer o estado palestino.

Estas premissas começam a ser questionadas pela diplomacia americana. Os americanos estão em declínio, e sua prosperidade passa por Riadh. A existência de Israel não é contestada, e já demonstrou sua força em outras ocasiões - mas também as limitações econômicas do Estado. A Rússia se tornara sua amiga; e as condições para a paz poderiam surgir, paz esta que poderia ser forçada pelos EUA.

4 Líbano

Israel interveio duas vezes no Líbano, em 1978 e 1982, avançando até Beirute. No entanto, os palestinos refugiados na região formaram exércitos que ali se instalaram desde 1972, formando verdadeiros quadros governamentais. A desintegração do Estado libanês trouxe de volta um regime pós-feudal.

O objetivo de Israel em 1982 era dividir o Líbano em três: da Síria ao norte, neutro ao sul e cristão ao centro, infligindo à Síria uma derrota no centro do Líbano. Em 1978, depois de Camp David, tinha as mãos livres, tentando uma invasão - bem sucedida, mas com problemas, especialmente entre os Grandes Amigos árabes, que notificaram Washington que uma nova humilhação não seria aceita. O ocidente, diante de uma guerra ofensiva, pressionou Israel até que esta se retirasse.

Com o massacre dos acampamentos palestinos, Israel perdeu a auréola demártir, e a direita israelense insistiu na represália. No fim, o “terro-

rismo” palestino não teve efeitos significativos sobre a segurança israelense.

A frente cristã desmoronou, e as diplomacias agiram desordenadamente. A frente de Libertação Nacional libanesa foi reforçada pelos palestinos. As tropas internacionais nada puderam fazer contra as milícias reforçadas e a aviação israelense. A diplomacia americana e soviética exigiam o restabelecimento do Líbano; se o Estado tinha assento na ONU, existia, ainda que não existisse. Este era o estado da diplomacia no Oriente Médio.

A ação síria encontrou apoio em Washington, assim como em Riadh e no Cairo. Damasco se colocou sob uma bandeira de unidade árabe apoiada pelas finanças de Riadh; e o pragmatismo sírio chegou mesmo a restabelecer a paz no Líbano e reatar os laços com os hachemitas de Aman, sauditas de Riadh e o Egito de Camp David, num jogo diplomático sutil e se apresentando como uma nova força política.

atingiu também os palestinos, e a escolha de delegados - e delegadas - mostrou firmeza e moderação de linguagem. A mudança da diplomacia à Garibaldi (-1985) para a diplomacia à Cavour (1987-) é um sinal de amadurecimento.

Muitas questões permanecem pendentes - a Líbia, o Chade, a posição do Vaticano, mas o essencial está nesse equacionamento nascido de 1979 a 1991. O poder americano futuro está vinculado ao bom preço do petróleo do Golfo Pérsico; e a queda da URSS modificou toda a estrutura do Oriente médio. O radicalismo muçulmano, a intransigência judaica e a miséria podem atrasar o processo de integração; mas, após grandes guerras, a tendência é a consolidação de uma paz pragmática e moderada.

5 Conclusões

Desde o fim da Guerra Fria, Israel perdeu importância. Houve um forte *lobby* político com os Estados Unidos, além da mídia favorável a Israel; mas sua verdadeira força ainda é a diáspora. O ponto fundamental continua sendo o reconhecimento.

A OLP flertou com todos os movimentos revolucionários, dotada de diáspora, governo emigrado e uma imagem garibaldesca. Foi apenas nas sublevações em Israel que a OLP encontrou a vida, mantendo-se com os recursos de Riadh e compreendendo a existência pragmática do Estado de Israel.

Mostraram uma moderação surpreendente, representando a união palestina em torno de um núcleo enraizado. O comboio de moderação

Tensões da Primavera do mundo Árabe-Sunita

Alexandre Roche

1 Introdução

O mundo árabe-sunita evoluiu muito, política, jurídica e religiosamente. Estas mudanças foram precipitadas pela crise capitalista mundial - mas partiram da oposição a classes dominantes tradicionais fundadas no islã ortodoxo, no poder desde a queda do Império Otomano.

2 O sunismo

O sunismo inclui 80% dos fiéis do Islã, mas não tem clero organizado. Segue de perto o ensinamento dos centros, e aceitou os califatos e sultanatos do Império, mas desde sua queda a dispersão do clero se manteve - num momento muito delicado de cobiça externa.

As ditaduras da região serviam e servem como intermediárias das potências externas. A população não participava, mas nunca se estagnou - a crítica, análise e contestação, mesmo com posições laicas e cosmopolitas, sempre esteve presente, e se fortaleceu frente a classes dominantes tradicionais com os problemas políticos e econômicos da estagnação oficial dos Estados.

Desde 1990 os jovens críticos têm buscado, também, apoio de organizações e indivíduos no Ocidente.

3 Tendências do pensamento sunita

O muçulmano sunita prepara sua concepção de mundo de acordo com a tradição (o *Sunna*), no singular; no entanto, existem quatro tradições principais:

- **Malequitas:** Fundados no mais antigo livro de direito árabe muçulmano, do **Imã Malik Ibn Anas**. Seus adeptos o seguem como um código jurídico.
- **Chafeitas:** O teólogo **Abu Abd'Allah Muhammad Al'Shafi**, discípulo de Ibn Anas, estabeleceu as fontes do direito muçulmano: o Alcorão, a *hadith* (tradição), o costume e a analogia (*Al Qiyas*). Insiste na importância da analogia, permitindo interpretação e inovação.
- **Hanafitas:** De **Abu Hanifa**, é um método de analogia, às vezes completada pelo bom senso pessoal. A interpretação se condicionava a um conhecimento extenso e profundo do Alcorão e da tradição.
- **Hambanitas:** Baseada nos escritos de **Ahmed Ibn Muhammad Ibn Hanbal**, não admite qualquer interpretação ou interpretação - é o início do intngrismo. Rejeita a liberdade de interpretação.

Estas discussões, nos Estados sunitas, são absolutamente essenciais à vida pública. Hanbal se impôs através de Ibn Tamiyya, que criticou violentamente as interpretações livres, recomendando a aplicação direta, e reformando o pen-

samento sunita buscando uma unidade sobre o texto - a *Umma*, rejeitando pessoalidades.

O príncipe e os súditos seriam ligados pela Sharia, e a grandiosidade do Islã viria do encontro entre religião e política. O integrismo é dominante hoje, especialmente no wahabismo da Arábia Saudita, ligada à modernidade, ao ocidente e à rigidez islâmica.

4 O wahabismo

Muhammad Abdel Wahhab escreveu *Pelo culto do deus uno*, simplificando e copiando os integristas anteriores. Suprime mesmo certas nuances de interpretação em seus antecessores. Dá importância ao direito penal islâmico, *huhud*, um direito imutável e verdadeiro. Traz imperativos categóricos kantianos a todas as esferas da vida, justificando o soberano e a fidelidade do súdito sunita.

Em 1792 o wahabismo se tornou o princípio do governo saudita. O êxito veio com o rei Abdul Aziz Ibn Saud, que expandiu a Arábia Saudita. Em 1932 fez acordos com forças estrangeiras e grandes companhias, e a fortuna do petróleo trouxe o conservadorismo da dinastia saudita. Medina, Meca e a ajuda conservadora da Arábia Saudita tornou este reino o centro dos estados muçulmanos.

O modelo semi-oficial do Islã sunita segue a Arábia Saudita - dividida no Oeste tradicional de Meca e Medina e no leste de Riadh, petroleiro, financeiro e capitalista.

O simplismo de Wahhab leva a interpretações fundamentalistas, tal como El Banna, iniciando a Irmandade Muçulmana que Riadh rejeita, e Sayid Qubt, que declarou a *jihad* que Riadh aceita conforme fortalece sua posição política. Este wahabismo é modificado pelos interesses de seus intérpretes - e nas madraçais, ainda mais

simplificado e autoritário, formou milhares de adeptos, não possuindo nenhuma ideia das nuances de Ibn Anas, Al Shafi ou Abu Hanifa, ou mesmo de El Taymiyya ou Hanbal. As meias verdades se tornam dogmas revelados pela repetição.

5 A contestação do wahabismo oficial

A juventude do Egito, Tunísia, Líbano e Jordânia tinha o conhecimento literário para ler Ibn Anas, Al Shafi ou Abu Hanifa, com a evolução da educação primária. Isto permitiu o despertar do espírito crítico e o gosto pela pesquisa e pelo saber. A contestação se deu sob as piores ditaduras, sustentada por intelectuais residentes no exterior.

Desde 1997 profissionais têm saído do wahabismo oficial, gerando um choque. Cultural, porque sob pesquisas religiosas e laicas; econômico, por ser impulsionado por crises internacionais. Desde 2007 o grande sofrimento sob a crise internacional levou à contestação frente à fortuna crescente das classes dominantes de Meca e Riadh.

A evolução do mundo árabe se deu frente à reconquista da verdade frente ao dogmatismo, neocolonialismo e subdesenvolvimento, verdade que os gregos chamavam de *organon* e os árabes chamam *ela*. Este pensamento livre redescoberto explica a firmeza e tenacidade dos manifestantes.

6 A primavera árabe

A teia cultural que derrubou as ditaduras da Tunísia e do Egito era muitas vezes dirigida por células mistas no exterior, e tocada por meios de dominação de grandes potências, mas no Cairo,

por exemplo, as tendências puderam ser unificadas; em outros locais, a diversidade foi excessiva, e freou os movimentos.

As potências conservadoras buscam reduzir os choques de opinião que se unem para exigir mudança. A situação se torna cada vez mais instável; o Iêmen, a Síria e a Líbia demonstram a instabilidade das frentes contestadoras, conforme na Tunísia e no Egito as coisas se acomodaram num contexto econômico deficiente.

A Primavera Árabe é ameaçada, também, por amigos, que oferecem ajuda financeira diante de condições insuportáveis - precisa-se de tempo. A noção de tempo tem se desenvolvido - e a formação rápida de novas elites que possam dirigir o movimento é crucial.

A Tunísia e o Egito parecem ser capazes de dirigir o movimento por organismos e personalidades novas; os outros países parecem viver em suas contradições, freando o movimento sem pará-lo. Intervenções internacionais para proteger Israel e os interesses do petróleo e gás se chocam com as reivindicações, e o movimento se divide, pois, em três áreas:

- **Tunísia e Egito:** Evoluem lentamente em direção a democracias.
- **Líbano, Palestina, Jordânia, Iraque, Kuwait, Emirados, Omã, Arábia Saudita, Sudão, Argélia, Marrocos:** Movimentos sem realizações imediatas.
- **Síria, Iêmen, Líbia:** Movimentos violentos, reações conservadoras, intervenção estrangeira. Guerras civis.

Egito e Tunísia, e o movimento da Irmandade é muitas vezes mais importante. A democratização sunita ocorre lentamente - mas é um progresso evidente diante das ditaduras tradicionais ligadas aos interesses da *big petroleum*.

7 Considerações finais

O movimento em direção à democracia não é o mesmo em cada país, longe disso. As reações conservadoras são sentidas a cada agitação popular; a tendência política não é clara como no

Perspectivas e desafios da África no Século XXI

Paulo Fagundes Visentini

1 Introdução

Na primeira década do Século XXI o salto de desenvolvimento e a postura mais autônoma da África causaram perplexidade, após as décadas pessimistas de 1980 e 1990. No Brasil novas relações foram desenvolvidas como resposta à tendência.

A África tem uma população reduzida, mas está posicionada no centro do mundo, se considerarmos centros populacionais e fluxos entre eles. Constitui 27% dos membros da ONU e um terço do Movimento dos Países Não Alinhados. Possui recursos colossais e uma posição geopolítica privilegiada.

Os Estados africanos têm mostrado bons processos de integração e resolução de conflitos, e a África tem deixado de ser “objeto” para se tornar “sujeito” - esse protagonismo, porém, tem gerado forte reação da França e dos EUA, diante da militarização de suas agendas africanas.

2 O nascimento e inserção internacional da África moderna

Há peculiaridades na história africana que precisam ser desmistificadas. Em primeiro lugar, descartemos a visão da África como continente voltado ao passado e conflitos insolúveis ou mesmo irracionais. Os Estados africanos estão passando pelo processo de *construção de Esta-*

dos modernos nacionais e redefinição de sua inserção internacional, processo atravessado também por outras regiões do mundo. Quem se choca por guerras de aparência étnica ou tribal esquece dos sangrentos conflitos religiosos e proto-nacionais das monarquias europeias e da construção forçosa, colonial e genocida dos Estados europeus.

A descolonização tardia da África ocorreu largamente administrada pela metrópole, e o movimento foi distorcido pela permanência de estruturas coloniais - o neocolonialismo. A França estabeleceu um sistema eficaz de controle indireto de suas antigas colônias, a *Françafrique*. Apesar da manutenção do neocolonialismo, o continente se dividiu grosso modo em Estados conservadores e progressistas, com projetos e alianças antagônicas. Estas antagonias foram mantidas dentro de certos limites, diante dos interesses comuns de consolidação nacional e articulação internacional.

Este equilíbrio foi romvido pela permanência dos “bastiões brancos” na África Austral, cujo colapso gerou conflitos intensos e internacionalizados no contexto da Guerra Fria. Somados aos efeitos econômicos desastrosos da época, o contexto foi de implosão de Estados e sociedades. Com o fim da Guerra Fria, a África sofreu um processo de marginalização, “tribalização” de conflitos, desarticulação de economias, estruturas sociais e sistemas políticos, reaparecimento de doenças e efeitos malthusianos.

Esta fase também viu o surgimento de novas

tendências - redemocratização da África do Sul e progressivo colapso da África francesa, apesar da afirmação da influência americana, levou a melhor autonomia regional.

A reativação da economia tem muito a ver com aos enormes investimentos chineses, trazendo de volta ao continente elementos de diáspora, na constituição de uma capitaliso africano que tem produzido contradições e novas realidades políticas. O continente começou a se reafirmar na arena internacional.

3 União Africana e a NEPAD

A OUA foi criada em 1963, baseada no otimismo da África recém independente. A divisão dos Estados entre um grupo progressista-autonomista e um grupo conservador-neocolonialista, bem como a eclosão de conflitos violentos e reivindicações coloniais, ameaçavam as frágeis independências.

Entre seus objetivos estavam a promoção da unidade e solidariedade africana, cooperação, defesa de soberania, integridade territorial e independência, fim do colonialismo e promoção de direitos humanos. No entanto, boa parte dos conflitos africanos remanescentes das lutas de independência continuou nas três décadas seguintes, sem ação da OUA para contê-los. Além disso, o não pagamento de cotas a privou de seu financiamento. Em 2002, foi substituída pela União Africana.

Baseada na UE, mas atualmente com atuação mais próxima do modelo da *commonwealth*, contribui para promoção da democracia, direitos humanos e desenvolvimento do continente. Suas ações têm se ampliado, como na defesa da produção de medicamentos por parte de Estados africanos. Também supervisiona a Nova Parceria para o Desenvolvimento (NEPAD), plano multissetorial para a barganha com o Ocidente,

promovendo práticas políticas em troca de ajuda internacional e investimentos. Resultou de várias tentativas anteriores de reconstrução do continente, como a *African Renaissance* de 1996 e o *Millennium Partnership for the African Recovery Programme* (MAP).

Por algum tempo a Comissão Econômica Africana, implementando o *Renaissance*, competiu com o *Omega Plan* do presidente Wade, do Senegal, que propunha um enfoque técnico, econômico e infraestrutural. Os dois planos foram fundidos na *New African Initiative*. Foi adotada em 2001 como NEPAD. Seus objetivos fundamentais são promover o desenvolvimento acelerado e sustentável, erradicar a pobreza, interromper a marginalização e acelerar a capacitação feminina.

Há críticas e ceticismo em relação à eficiência da NEPAD, mas seu caráter inovador - apesar de suas bases fundamentalmente liberais - tem propiciado a reestruturação do continente africano e possibilitando uma nova inserção desse no sistema mundial do século XXI.

4 Processos de integração regional

A UA reconhece diversas Comunidades Econômicas Regionais, a maioria das quais ainda opera mais como fórum político que como processo de integração. Todas podem vir a adquirir maior relevância.

Os processos mais avançados são a Comunidade para Desenvolvimento da África Austral (SADC), que remonta ao bloco político da luta contra os regimes racistas, e o bloco econômico equivalente, Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral (SADCC), fundados em 1980. A guerra persistente e ausência da África do Sul limitaram seus avanços, que foram

retomados com a independência da Namíbia, ascensão de um governo de maioria negra em Pretoria e negociação da paz em Angola e Moçambique. A África do Sul aderiu à SADC com a ascensão do CNA ao poder em 1994.

O fim da confrontação com os vizinhos em 1990 propiciou uma arrancada em termos de cooperação, com a retomada de cooperações e conexões de infraestrutura de energia e transportes, mas a organização herdou deformações assimétricas do passado.

Os principais objetivos da SADC são o desenvolvimento econômico e o combate à pobreza, a defesa da paz regional e a proteção da cultura e recursos ambientais. Certos princípios são fundamentais, como benefício mútuo, direitos humanos, democracia, paz e segurança, solidariedade e igualdade para todos os estados membros. Seus membros trazem muitos problemas, mas a região tem um enorme potencial de desenvolvimento. A SACU (*Southern Africa Customs Union*), incluindo a África do Sul, Lesoto, Suazilândia, Namíbia e Botswana, de 1910, constitui o mais antigo processo de integração econômico ativo no mundo. Também existem processos de integração com o Sul global, como o G-3 ou Fórum IBAS (Brasil, África do Sul e Índia).

Outra integração é a COMESA (*Common Market of Eastern and Southern Africa*), remontando à década de 1960. Apenas com o estabelecimento da Área de Comércio Preferencial, em 1981, passou a ocorrer a redução gradual das taxas alfandegárias e outras barreiras ao comércio regional. Em 1993 a área se tornou um Mercado Comum. Até o ano 2000, apenas 5 países haviam reduzido suas tarifas ao nível proposto; e a COMESA vem perdendo membros para a SADC, de forma que tem representado mais o nordeste que o sul do continente. Percebe-se, pois, que existe **concorrência entre processos de integração regional** na África.

Na África Ocidental, a ECOWAS, **Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental**, remonta às décadas de 1960 e 1970. Seu objetivo essencial é integrar os Estados da África ocidental social, cultural e economicamente. A presença da Nigéria é crucial, pois representa metade da população e 66% do PIB envolvido no tratado.

A ECOWAS se divide em União Econômica e Monetária da África Ocidental (UEMOA) e Zona Monetária da África Ocidental (ZMAO), ambas em formação. A ZMAO, de 2000, é uma alternativa *fast-track* para a execução de processos comuns para atingir uma moeda comum a ser equiparada com o franco (CFA), atingindo uma moeda única na ECOWAS. Inclui Gâmbia, Gana, Guiné, Nigéria e Serra Leoa.

A UEMOA, de 1994, agrupa oito Estados que têm em comum o franco CFA. Foi criada em 1994 e inclui Benin, Burkina Faso, Costa do Marfim, Mali, Níger, Senegal, Togo e Guiné-Bissau. Libéria e Cabo Verde não são membros de nenhuma das duas uniões monetárias. Nota-se, ainda, a disputa entre a União Europeia (através da França) e a Nigéria, que poderia instituir uma outra moeda comum para neutralizar o franco CFA.

5 Diplomacia de resolução de conflitos

Mesmo durante a década de 1990 alguns conflitos de aparência étnico-tribal se mantiveram, mais comuns no Golfo da Guiné e na África Ocidental. Na Libéria e Serra Leoa, conflitos intermitentes entre a elite litorânea descendente de ex-escravos e os nativos interioranos ocorrem desde a virada do século.

Isso agrava as tensões locais e encoraja a “privatização” da violência armada, em meio a todo

tipo de tráfico. A Nigéria, conhecida por possuir uma poderosa máfia de narcotráfico, tem assumido maior protagonismo regional desde a ascensão do regime democrático. Outro país atingido foi a Costa do Marfim, onde os rebeldes dominaram a metade norte do país em 2003 e 2011, sendo necessária a intervenção francesa.

O processo de implantação de democracias sofreu certo retrocesso, sendo o caso mais impactante o de Robert Mugabe no Zimbábue - que anunciou um padrão “socialista” autoritário. Realizou, porém, ampla reforma agrária, enquanto era boicotado pelo Ocidente e a economia entrava em colapso.

Um cessar-fogo foi acertado na RDC, com a retirada de Ruanda e Uganda do país. L. Kabila chegou a ser assassinado e substituído por Joseph Kabila na presidência, e o regime resistiu por apoio de Angola, Namíbia, Zimbábue e África do Sul.

A África do Sul tem emergido como liderança, apoiado por aliados e promovendo mediações de conflitos, atuando na diplomacia de forma crítica à hegemonia americana e defendendo a multipolaridade. O maior protagonismo tem causado a resistência regional à *Regime Change* e às “revoluções coloridas” impulsionadas pelas potências ocidentais - daí, por exemplo, a grande atuação do TPI na África.

Em 2004 a UA criou o Conselho de Paz e Segurança, proporcionando um envolvimento reforçado da Comissão da UA, em conflitos entre Estados, internos ou sinais de conflito. Nos últimos anos a ascensão de conflitos tem obrigado os líderes africanos a reconhecerem o papel da boa governança, democracia e respeito pelos direitos humanos.

6 A presença chinesa, indiana e brasileira

A China tem se feito presente de forma econômica e diplomática, e desde 2006, na Cúpula China-África, uma espécie de “Plano Marshall” chinês tem se desenvolvido.

Até o fim da Guerra Fria, a política africana da China era baseada em disputas ideológicas - durante a década de 1980 houve o declínio de suas relações, pois muitos acreditavam que a China não precisava da África para consolidar seu desenvolvimento.

Em 1989, não faltaram líderes africanos que apoiassem a repressão na Praça. A China passou a encarar a África de outra forma, visualizando possível aliança política. Alguns Estados africanos, porém, ainda legitimavam a existência do Estado de Taipei, o que era a maior preocupação chinesa na relação revitalizada.

Outro ponto em comum era a visão da política ocidental como intencionalmente retardando o desenvolvimento do terceiro mundo, e ambos têm um histórico de exploração europeia. A possibilidade de crescimento econômico também anima governantes conhecidos por práticas autoritárias.

Desde então o continente passou a ser visto na China como maior campo de aliados no mundo, e a ver a China como um aliado importante. As empresas estatais chinesas foram pioneiras no número crescente de acordos de investimento e atuação na África.

Os chineses sempre evitaram intervir em assuntos internos de outras nações, o que foi favorável aos africanos, diante do amplo intervencionismo de outros organismos, como o FMI. É fato também que, com o fim da Guerra Fria, o Ocidente perdeu interesse na África. Os chineses concedem ajuda com poucas perguntas e

poucas exigências, causando críticas ocidentais desconsideradas como outra forma de impedir o desenvolvimento de ambos.

Em 2000 foi criado o Fórum de Cooperação China-África, que visa estimular as relações entre as partes e incentivar o desenvolvimento mútuo. Na última reunião (à época da escrita), em 2009, os chineses prometeram conceder dez bilhões de dólares em empréstimo aos países africanos, além de favorecer o investimento chinês privado no continente.

Quando os EUA iniciaram sua grande intervenção na Ásia Central e Oriente Médio, a busca chinesa pela via de menor resistência a levou a intensificar suas relações na África e América do Sul. A crescente necessidade de matérias primas elevou essa cooperação ao patamar estratégico.

A oferta chinesa de prédios públicos entusiasmou os Estados africanos, e os produtos chineses de consumo atingiram até as mais remotas aldeias. Projetos de infraestrutura, mineração e prospecção energética geram milhões de empregos, e a exploração da região muda o panorama econômico africano.

Os africanos, pois, deixaram de solicitar ajuda ao FMI e desenvolvem uma diplomacia mais ativa. O continente não se sente mais abandonado no plano militar e diplomático diante das agressões ocidentais - e é isso que Washington, Bruxelas e as ONGs ocidentais não conseguem compreender. Trata-se de uma **descolonização econômica** e nova projeção internacional.

Os críticos ignoram que a maioria africana exalta a participação chinesa, que é diferente da europeia. Para os chineses trata-se de uma oportunidade única de expansão de negócios e relações políticas. Resta apenas aguardar o protagonismo africano na relação, após sua contínua organização política.

A Índia manteve relações desde 1947, inicial-

mente sob a visão da solidariedade. Esta visão mudou quando a África buscou certas expulsões de estrangeiros, gerando maior seletividade nas relações bilaterais da Índia com os Estados africanos, bem como a questões de política externa indiana que desagradavam certos líderes africanos.

A Índia viu uma África não-alinhada, democratizando-se e lutando contra o racismo. A África viu uma Índia não-alinhada e potência regional emergente. Foi do interesse de ambos o estreitamento de relações dos últimos 20 anos.

A política indiana na África se baseia em 5 pontos: cooperação econômica, indianos residentes, combate ao terrorismo, preservação da paz e auxílio militar. O caminho tem sido a troca técnica, treinamento e assistência técnica civil e militar, além do fornecimento de equipamentos e serviços de consultoria e oportunidades.

Nos anos 1990 muitos projetos foram iniciados, incluindo, no Senegal, de auxílio para a pesquisa e desenvolvimento da indústria de laticínios e na fabricação de incenso. No Mali ocorre um estudo sobre melhorias no sistema de vacinação, e na África do Sul se estudam melhorias na educação.

No setor privado, com o fim da GF as câmaras de comércio indianas perceberam o potencial do mercado africano, diante do forte crescimento econômico indiano, necessitando de amplos recursos. Neste campo há uma clara competição com a China, mas os indianos também se interessam pela segurança do Índico.

O Brasil incrementou as políticas africanas no governo Lula, com muitas visitas, inaugurações de embaixadas, investimentos, ajuda técnica, perdão de dívidas e a articulação dos Fóruns América do Sul-África (ASA). Nos organismos multilaterais, foram estabelecidas alianças estra-

tégicas que alteraram a correlação de forças.

7 A reação americana, francesa e inglesa

Os EUA tem procurado estarem mais presentes no continente, seja para expandir a rede de “combate ao terrorismo” ou para se contrapor a interesses europeus e chineses. A agenda securitária continuou com a administração Obama.

Em 2008 os EUA recriaram a IV Frota e o AFRICOM, afirmando a presença militar no continente. O Pentágono enviou tropas ao continente após a independência do Sudão do Sul, no Quênia e à RCA. Estão sendo descobertas ainda mais jazidas de petróleo em ambas as margens do Atlântico, de menor custo de exploração do que as já conhecidas, de grande interesse aos EUA.

A França tem ampliado seu protagonismo para recobrar o espaço perdido para os EUA, Brasil e China. As reuniões de cúpula UE-África tiveram resultados patéticos. A França e Inglaterra aproveitaram a “Primavera Árabe para intervir na Líbia”, uma *Regime Change* que eliminou um apoio financeiro importante ao desenvolvimento africano. A onda terrorista na Nigéria e as pressões contra o governo sul-africano desenharam um quadro preocupante.

Ainda assim, há dez anos a África é uma das regiões de maior crescimento global, ainda que partindo de um nível muito modesto. A região se tornou um polo de disputa internacional, que alguns denominaram de *New Scramble for Africa* - a história africana está ganhando novas dimensões, especialmente no contexto da crise global.